



Reforma da previdência: Associações se unem contra os retrocessos da PEC 287/16

Pág. 02

LEI MARIA DA PENHA

Temer veta mudança na Lei Maria da Penha que transferia funções da Justiça à polícia



Pág. 04

STF

Suspensa convocação de Eduardo Pelella na CPI da JBS



Pág. 04

EVENTO

CONAMP realiza cerimônia de entrega da Medalha da Ordem do Mérito



Pág. 06

Reforma da previdência: Associações se unem contra os retrocessos da PEC 287/16

O mês de novembro foi marcado pelo fortalecimento da união de esforços entre a CONAMP e diversas outras associações contra a reforma da previdência (PEC 287/16), como as que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Além de reuniões conjuntas, as entidades trabalharam em diversas frentes a fim de assegurar os direitos e garantias dos servidores públicos.

O Fonacate, por exemplo, do qual a CONAMP faz parte, ingressou com uma ação (nº 1016921-41.2017.4.01.3400) e conseguiu liminar para suspender a propaganda oficial do governo que ataca os servidores públicos.

Já as associações nacionais do Ministério Público (CONAMP, ANPT e ANPR) ingressa-



ram no Supremo Tribunal Federal (STF) com a ADI 5827, que constitucionalidade da Medida Provisória 805/2017, que fixou alíquota progressiva para os servidores públicos federais em 14%. O ministro Ricardo Lewandowski.

Tramitação no Congresso Nacional

No âmbito legislativo, a Medida Provisória 805 recebeu 255 emendas. Dessas, a CONAMP colaborou ativamente na elaboração de 4 por meio do promotor de Justiça Paulo Penteadó, assessor da entidade. A emenda de número 30, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), retira a

previsão de alíquotas progressivas da Contribuição Social do servidor público. As emendas de números 131, 134 e 135 são todas de autoria do deputado Federal Major Olímpio (SD/SP). A 131 mitiga os efeitos da MP 805 ao determinar a compensação da contribuição na declaração de ajuste anual do imposto de renda. Já a emenda 134 propõe a não apli-



cação de regras da MP a situações disciplinadas em leis especiais. A emenda 135 revoga artigos que restringem o ressarcimento do Estado ao servidor público.

Existem ainda os textos legislativos que foram apresentados pela CPI da Previdência. Em destaque

está o PLS 424/17, que dispõe sobre os crimes contra a Previdência Social. **A CONAMP também contribuiu com a produção do texto.**

Já a PEC 287/16, que tramita na Câmara dos Deputados, recebeu a emenda aglutinativa que não recupera contas públicas nem protege direitos fundamentais. O **Fonacate publicou uma análise** sobre a emenda e a **Frentas publicou nota pública**. Os dois documentos são unânimes na conclusão: as mudanças são superficiais, mantêm o ataque aos servidores públicos, e miram os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada.



ARTIGO

“Privilégios”, desinformação sistêmica e a reforma da previdência

Por: Paulo Penteadó Teixeira Junior

ARTIGO

MP 805/17: Ausência de fundamentação válida

Por: Paulo Penteadó Teixeira Junior

PESQUISA

CONSULTA PÚBLICA

Você apoia a MPV 805/2017?

Participe e deixe a sua opinião.

Temer veta mudança na Lei Maria da Penha que transferia funções da Justiça à polícia

Logo no início de novembro, diante da pressão de movimentos em defesa das mulheres e da CONAMP, o presidente Michel Temer vetou uma mudança polêmica na Lei Maria da Penha. O dispositivo em questão permitia à polícia aplicar medidas de urgência de proteção a vítimas, em substituição a determinações de um juiz. O veto foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09 de novembro na página 1 da seção 1, edição nº 215.

A CONAMP acompanhou de perto a tramitação do texto no Congresso Nacional e desde o início manifestou-se contra a medida por meio de uma **moção**, dois estudos técnicos (**NT 05/2016** e **NT 07/2017**) e um **artigo no jornal Folha de São Paulo**. Para a entidade, a mudança em nada incrementaria a defesa das mulheres e desfiguraria o sistema processual de proteção aos direitos fundamentais.

Além de entregar os documentos aos parlamentares, **a CONAMP participou das sessões e debates no Senado**. A presidente entidade, Norma Cavalcanti, enviou ainda **ofício a Michel Temer pedindo o veto** ao artigo específico com justificativa técnica sobre a inconstitucionalidade.

Também a **Comissão Nacional da Mulher Advogada** e o **Consórcio Nacional de Organizações**, que elaborou o anteprojeto de lei Maria da Penha, posicionaram-se contra.

STF

Suspensa convocação de Eduardo Pelella na CPI da JBS

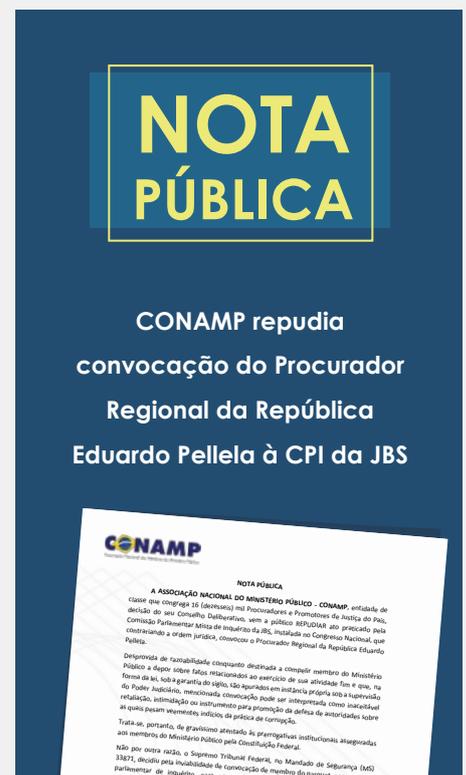
No dia 20 de novembro, o ministro do STF Dias Toffoli aceitou o pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para suspender a convocação do procurador da República Eduardo Pelella de prestar depoimento na CPI da JBS.

Toffoli determinou ainda a suspensão de qualquer ato tendente à convocação do membro do MPF e pediu esclarecimentos em dez dias.

Segundo Raquel Dodge, a convocação ultrapassa os limites

da atuação das comissões parlamentares de inquéritos, infringindo o princípio da separação dos poderes e as garantias constitucionais do Ministério Público.

No dia 17, CONAMP, ANPR e ANPT, acompanhando o procurador regional da República Eduardo Botão Pelella, **também impetram mandado de segurança no Supremo** pedindo a anulação da convocação de Pelella pela CPI.



Comissão Especial do Extrateto aprova realização de novas oitivas



| [Leia mais](#)

Código Penal: CONAMP participa de audiência pública sobre reforma legislativa



| [Leia mais](#)

CONAMP participa de audiência sobre custódia para menor apreendido



| [Leia mais](#)

Ciclo completo de polícia é tema de reunião com parlamentares



| [Leia mais](#)

Termo Circunstanciado de Ocorrência é tema de audiência pública



| [Leia mais](#)

CONAMP participa de audiência pública na Câmara dos Deputados



| [Leia mais](#)

CONAMP realiza cerimônia de entrega da Medalha da Ordem do Mérito

Foi realizada no dia 28, em Brasília, no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, a solenidade de outorga da Medalha da Ordem do Mérito da CONAMP.

Ao total, dez personalidades que prestaram relevantes serviços ao Ministério Público foram homenageadas: os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, os deputados Lincoln Diniz Portela e Marcos Rogério da Silva Brito, os promotores de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, Elísio Teixeira Lima Neto, Jaime de Cassio Miranda, José Silvério Perdigão de



Oliveira, Marcelo Lima de Oliveira, e o procurador de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira.

Em discurso, a presidente da CONAMP saudou os homenagea-

dos e os presentes, lembrando que os agraciados passam a ser considerados membros honorários da entidade e integram o quadro especial de associados.

Homenageados



Foto: Sérgio Almeida



Foto: Sérgio Almeida



Foto: Sérgio Almeida

ELEIÇÃO

**Victor Hugo Azevedo é
eleito presidente da CONAMP**



PODER INVESTIGATÓRIO

**CONAMP ingressa em ações que questionam
investigação criminal do Ministério Público**

SAIBA MAIS

CNMP

**Jurisprudência do CNMP
é tema de informativo
produzido por comissão**

SAIBA MAIS

NOTA DE PESAR

**CONAMP presta
solidariedade a promotor
de Pernambuco**

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356